

Cidade Colonial no Rio Grande do Sul: locus de pobreza, focos de vícios

Márcio Ezequiel*

Tetos de erva, paredes de pântano
nome de Vila e construção de
aldeia, quase coberta de volante
areia dos cômodos que aqui
crescem todo o ano: [...]¹

O estudo sobre cidade colonial, seguindo muitas vezes a perspectiva evolutiva que só o olhar onipresente do historiador pode proporcionar, coloca-a num papel necessariamente inferior e mesmo como matriz inevitável da cidade tal como a conhecemos atualmente. Abordagens dicotômicas opondo campo x cidade, público x privado, Estado x sociedade, etc., são igualmente recorrentes em estudos sobre o urbano. Tais comparações binárias, ainda que válidas enquanto metodologia de análise, não devem, entretanto, desconsiderar as relações entre ambos os pólos analisados em favor de explicações unilaterais e estanques.

A história das origens do Rio Grande do Sul tem sua base quase univocamente assentada sobre a formação da grande propriedade e sua prioridade produtiva, sobre a atividade pecuária, subestimando outros fatores igualmente constituintes da realidade desse passado, como, por exemplo, a formação do(s) espaço(s) urbano(s). Trabalhos como o de Paul Singer, que analisa o crescimento

urbano a partir do desenvolvimento econômico e o de Jean Roche, que nos oferece muito sobre o período da colonização alemã em seus diversos aspectos não podem ser desconsiderados.² Entretanto, caberia incluir no rol das análises fatores do cotidiano, levando em conta características da arquitetura, a cultura estrangeira em que está embebido o relato dos viajantes, as condições de vida, a pobreza, etc.

Obra recentemente publicada, a “História da Vida Privada no Brasil”³, dirigida por Laura de Mello e Souza nos moldes da já conhecida e tão criticada série *Histoire de la vie privée*, busca reconstituir estes aspectos do cotidiano e da vida privada no processo histórico da formação brasileira articulando as tais esferas, belamente narradas, com o quadro geral fornecido pelo cabedal da (se é que podemos usar esse termo) “velha história”. Na apresentação, Fernando Novais, falando do volume francês, chama-nos a atenção para a universalidade de novos temas, bem como para a especificidade de outros, decorrentes de cada formação social, propondo que se trate dos dois tipos, porém esforçando-nos por um cuidado maior no primeiro caso, a fim de “descobrir o modo específico como se expressam em nossa história.”⁴ É sob a

R
E
V
I
S
T
A
D
E
H
I
S
T
Ó
R
I
A

maior no território, a Espanha. De olho no rendimento que os dízimos proporcionariam à coroa em função do comércio das tropas, iniciou-se a doação de sesmarias por volta de 1730, ano em que um Francisco Pinto Bandeira, pai de Rafael Pinto Bandeira (que ficaria conhecido por deter a 2ª invasão castelhana em 1773) já possuía duas na região dos arredores de Viamão.

As sesmarias, então doadas a pessoas de posses ou de prestígio, serviram de base à implantação de estâncias, em cujos campos o gado, sob um costeiro antes ignorado, prosperou grandemente. Da mera caça aos bois e aos cavalos, no campo indiviso, passava-se agora a uma nova fase, que iria abrir à estância, no seu sentido clássico de estabelecimento destinado à criação de gado...⁸

Para dominar os rebanhos era preciso enfrentar os castelhanos nessa área de fronteiras ainda incertas. Por isso, o tropeiro e seu bando andavam sempre armados. Logo após o início das concessões de sesmarias, em 1737, o Forte Jesus-Maria-José foi construído para dar suporte a futuros procedimentos militares. Do povoado circunvizinho, formou-se a vila e futura cidade do Rio Grande.

Conforme coloca Vera Lúcia Barroso esse estratégia militar garantiria a expansão do povoamento em Rio Grande, Campos de Viamão, de Tramandaí e de Vacaria. “Sesmeiros construíram capelas aos santos devotos, o que atraía moradores, propiciando

a delimitação territorial da jurisdição eclesiástica para o estabelecimento de uma freguesia.”⁹

Os dados a seguir nos dão uma mostra da evolução deste processo¹⁰:

Cidade	Início do povoamento	Vila e sede de Município	Munic.	Cidade
Porto Alegre	1732	1808/09	1810	1822
Rio Grande	1737	1747	1751/1809	1835
Rio Pardo	1750	1809	1811	1846
Triunfo	1754	1831	1832	1938
Pelotas	1763	1830	1832	1835
S. José do Norte	1763	1831	1832	1838
Taquari	1764	1849	1849	1891
Viamão	1740	1880	1880	1938

No primeiro ano do século XIX, os portugueses retomaram definitivamente os Sete Povos das Missões, sob a administração espanhola desde a expulsão dos Jesuítas em 1756, domínio que fora legitimado pelo tratado de Santo Ildefonso (1777). Urgia à administração portuguesa, entretanto, estruturar e organizar o espaço, política e administrativamente.

Iniciava-se a chamada fase da organização, processo que vai se dar na primeira metade do século XIX no Rio Grande do Sul, consolidando a urbanização dos povoados que já se formavam desde o século passado e criando novos núcleos.

A vida municipal do Estado teve início com a Provisão de 7 de outubro de 1809, proposta do governador Paulo da Gama, que dividia o território em quatro grandes

municípios com vilas-sede em Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. “A partir deles ordenaram-se os rumos da expansão do povoamento, com base no tripé Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre, estes como vértice do ângulo que abraçava as duas fronteiras ... Santo Antônio da Patrulha, por sua vez, acantoadado exercia sua ação polarizadora sobre as freguesias do nordeste.”¹¹

A partir dessa breve introdução, queremos demonstrar que, apesar de a história urbana do Rio Grande do Sul ter sua origem calcada na apropriação militar da terra, aos poucos ela vai adquirindo características próprias, das quais levantaremos algumas nuances a seguir.

CIDADE: ESPAÇO DE POBREZA?

[...] Dizem que há nos campos muitos gados; esta é do Rio Grande a habitação onde purgando estou os meus pecados.¹²

Antes de examinarmos seus escritos, deve os viajantes que estiveram no Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XIX, dos quais usaremos os registros. Auguste de Saint-Hilaire esteve no Brasil de 1816 a 1822, viajando pelo Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Deixou importante material para a História, a Geografia e a Etnografia na obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*, 1820-1821.

Nicolau Dreys era negociante e veio para Brasil em 1817, fugindo da perseguição da Santa Aliança, como outros bonapartistas. Apesar de o seu destino ser Buenos Aires, permaneceu em Porto Alegre, porém, de 1817 a 1825, onde se dedicou “ao estudo das cousas locais, de par com o comércio que exercia”¹³. Seus apontamentos encontram-se sob o título “Notícia descritiv. da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”. Louis-Frédéric Arsène de Isabelle, como Saint-Hilaire, era um cientista francês, um naturalista, com o propósito de descrever aspectos geográficos, que, em suas andanças pela América do Sul, passou por terras rio-grandenses entre 1833 e 1834. Suas notas tomaram a forma da publicação *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1833-1834).

O comerciante inglês Luccock aportou no Rio de Janeiro em 1808, onde não encontrou mercado favorável a sua “pacotille” (lote de mercadorias), rumando, então, para o sul. Diferentemente dos naturalistas franceses, que tinham uma preocupação científica em suas descrições da geografia local, Luccock escreve sobre usos e costumes, sobre a vida política e social de um povo tão diverso do seu. Suas observações abrangem o período de dez anos, compreendidos entre 1808-1818, quando viveu no Brasil e encontram-se no livro *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Já Gonçalves Chaves, português radicado no Brasil e um dos fundadores da cidade de Pelotas, chegou à Província em 1805. Homem instruído, segundo a avaliação de Saint-Hilaire, fez estudos estatísticos sobre o comércio de importação e exportação. Charqueador,

político liberal e pioneiro na navegação a vapor, escreveu em suas *Memórias Econômico-Políticas*¹⁴ a respeito de variadas questões administrativas, municipalidade, agricultura, comércio, etc.

Feita a apresentação de nossos cicerones, passemos então a nossa visita à cidade colonial rio-grandense, seguindo os passos desses estrangeiros e pegando carona no estranhamento que os fez descrever o que viam.

Na quinta e última memória de Gonçalves Chaves, notícia sobre a cidade de Porto Alegre, a capital (que denomina curiosamente de Alacriportus) da província, as ruas são designadas como sofrivelmente alinhadas e niveladas o melhor possível, mas as calçadas não eram bem construídas uma vez que não havia bons calceteiros. De acordo com o levantamento de Paulo da Gama (governador no período). Porto Alegre teria 3.927 habitantes em 1803, passando a 6.111 em 1814¹⁵. Duas décadas depois, Isabelle diz que a cidade teria por volta de 12 mil habitantes e freqüentemente se ocupava em nivelar os terrenos e alinhar as ruas providas de calçadas, caracterizando uma cidade bastante regular. A rua da Praia e a da Igreja possuíam lindas casas, assim como toda parte baixa da cidade à margem das águas.¹⁶

O processo de urbanização desenvolvia-se, assim, rapidamente. Segundo Charles Monteiro, as três primeiras ruas a constituir a rede de caminhos em Porto Alegre foram as atuais Andradas, Duque de Caxias e Riachuelo.¹⁷ Não possuíam esses logradouros e tampouco um só nome. Mudavam de nome ao longo do percurso. Só receberiam calçamento, irregular, por volta de 1840. A

iluminação, a partir de 1832, era feita com candeeiros de olho de peixe. Os residentes dessas ruas eram os comerciantes, as autoridades do governo e as famílias mais abastadas. Ali estavam os sobrados de pedra e cal. O contraste dava-se pela comparação com os becos que cortavam essas principais ruas. As vielas caracterizavam-se pelos casebres de taipa e palha, que abrigavam a população pobre, composta de mascates, taverneiros, artesãos, marinheiros, carregadores, libertos e prostitutas.

A cidade, desde períodos bastante recuados em nossa história já se caracterizava por espaços polissêmicos, onde o trabalho e a sociabilidade se revezavam. A praça da Matriz reunia os poderes públicos e religiosos, as festas do clube da Bailante e os festejos religiosos. As procissões partiam da praça, caracterizando um espaço de síntese. Festas religiosas, como a do Divino, a Páscoa e a Quaresma, reuniam toda a população – senhores e escravos, ricos e pobres.¹⁸

O primeiro código de Posturas Policiais, disciplinando a ocupação do espaço urbano em Porto Alegre, surge em 1829, regulamentando a coleta d'água, a lavagem de roupa dos hospitais, o despejo de esgotos e lixo.¹⁹ Tais medidas higienistas, entendamos a posteriori, serviriam também para uma profilaxia social. “Os Códigos de Posturas, antes dos planos de urbanização, assim como a Guarda Municipal, foram importantes instrumentos de controle político do meio urbano.”²⁰ As diversas reformas que se seguiriam no processo de modernização da cidade (regularização da coleta do lixo por lei municipal, 1876; saneamento, 1878; serviços

R
E
V
I
S
T
A

D
E

H
I
S
T
Ó
R
I
A

·
·
·
·
·
·
·
·
·
·

telefônicos, 1886, etc.) adquirem um sentido social e político, se relacionadas com as mudanças de regime político (República) e a implantação de uma nova ordem econômica e social (capitalismo), em que a concepção de cidade que vigoraria seria a burguesa. O centro da cidade deveria ser o lugar da conduta civilizada. Os proletários, por sua vez, deveriam habitar os arrabaldes.²¹

Voltemos agora ao período colonial. O Alvará de Regimento das Sesmarias, de 1795, citado por Osório²², que pretendia regulamentar as formas de apropriação e utilização das sesmarias, em seu artigo 6º, proíbe a concessão de terras com mais que ¼ de légua²³ a uma distância menor que 6 léguas das cidades, onde era freqüente o comércio e muito maior o número de moradores. Esse documento nos demonstra a preocupação que havia desde o século XVIII em preservar um espaço que possuía suas características próprias, diferenciando-se da área de criação.

Por outro lado, não podemos ignorar que havia criação de animais também em núcleos urbanos, claro que em menores proporções. Falando de Alegrete, Isabelle apresenta-nos pastagens e criações de animais, ao mesmo tempo que demonstra que essa não era a única atividade. O comércio era ativo e a extração de metais também.

Alegrete, pequena cidade na fronteira da Província com a Banda Oriental; ... Esta cidadezinha, toda nova, fica assentada em colinas rochosas, produzindo pastagens extremamente alimentícias. Criam-se muitos animais e mulas bastante

famosas. O comércio é ativo. A algumas léguas para o sul há morros ricos em metais; um deles contém uma mina de ouro de fácil exploração.²⁴

Já Santa Maria, com uma população que se elevava aproximadamente a mil e duzentas almas, era o centro comercial da região compreendida entre os arredores de Cachoeira, Caçapava, Alegrete e São Borja. A arquitetura das casas era simples: de madeira e rebocadas de argila. Entretanto, para Isabelle, o que chamou a atenção foi o contraste rosa dos telhados fazendo sobressair-se a brancura dos muros²⁵. A paisagem era embelezada também pelos pequenos jardins nos fundos com seus laranjais, que davam sua sombra aos donos das casas. Composta por diversas ruas, Santa Maria possuía, porém, uma única capela.

Tecendo considerações sobre a Vila de Cachoeira, Gonçalves Chaves diz tratar-se de uma vila de segunda ordem na Província, assim como Santo Antônio da Patrulha, e coloca que a povoação de Caçapava, localizada a 16 léguas daquela, deveria ser elevada à categoria de vila²⁶. O que gostaríamos de frisar, sobretudo, são os elementos que o levaram a essa sugestão, o que nos ajuda a configurar os primeiros núcleos urbanos:

Em 1803, apenas tinha duas casas de telha, hoje²⁷ tem mais de cem casas de telha, sendo a maior parte construídas em pedra e cal. Há mais de 60 casas principiadas, quase

todas em pedra, e não há mais progresso à mingua de oficiais de pedreiro e carpinteiro, pela afluência de homens fazendeiros que à porfia correm a fazer casas na povoação.²⁸

Referindo-se à Vila de Rio Pardo, Isabelle visualiza casas de um andar – acima do rés-do-chão. De arquitetura graciosa, eram brancas por fora e cobertas de telhas redondas e vermelhas. As igrejas localizavam-se sobre os pontos mais elevados.²⁹ Sua travessia por chácaras onde havia culturas de algodão, mandioca, arroz, fumo, milho e mesmo legumes, nos indica que elas faziam parte do cenário circunvizinho da cidade. Sua distinção entre as casas novas das antigas, dá destaque aos estabelecimentos comerciais:

As casas novas são de um andar, muito altas, quadradas, com muitas janelas no primeiro, mas com apenas portas altas e estreitas no rés do chão, ocupado por casas do comércio e lojas.

As casas antigas tinham janelas com postigos, guarnecidas de imensas rótulas; as novas têm elegantes janelas arqueadas, de dois batentes e grandes quadrados diversamente talhados. Ocupavam-se do calçamento e alinhamento das ruas; as novas tem cômodas calçadas.³⁰

As características das habitações podem ser dadas a outras leituras que não somente a estética. Para Emanuel Araújo, que trabalhou com a sociedade urbana colonial no território

português, o número de pavimentos nas residências era significativo para revelar as condições sociais de seus habitantes:

Havia duas espécies de casas. A térrea e o sobrado. A primeira de chão batido, a segunda de assoalho. A térrea associava-se à pobreza, o sobrado à riqueza. Assim, os pavimentos térreos dos sobrados eram utilizados amiúde ou como lojas ou para senzala, depósito e até cocheira, uso que adentrou – e muito – o século XIX.³¹

Igualmente o material que era empregado na construção das casas era indicativo das condições de vida:

As pessoas de alguma posse erigiam moradas em alvenaria, de pedra ou tijolo e cal. Os pobres, todavia, continuaram, séculos afora, a empregar material ordinário, à base do pau-a-pique, em casas térreas, pequenas...³²

A prosperidade do comércio em Rio Pardo fazia dessa cidade o armazém de abastecimento das cidades e vilas do norte e oeste, de onde partiam tropas de mulas e carretas para todas as povoações do interior, sendo as comunicações com Porto Alegre as mais rápidas por meio do transporte fluvial. Em contrapartida, em suas colocações sobre Rio Pardo, Dreys expressa os limites produtivos e a dependência de Porto Alegre, demonstrando a integração que se estabelecia

R
E
V
I
S
T
A
D
E
H
I
S
T
Ó
R
I
A
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

entre as localidades. Com seus trabalhos agrícolas ou de seus vizinhos, satisfazia uma parte de suas necessidades, mas, em geral, recebia da capital, além de fazendas e de todos os mais produtos da indústria européia, os víveres, que lhe faltavam: os vinhos, os espíritos, os açúcares, e outros gêneros.³³

Vejamos a partir de Rio Grande, cidade da qual encontramos descrições bastante significativas, alguns elementos que também faziam parte da realidade destes primeiros núcleos. O primeiro que nos dá informações sobre a Vila de Rio Grande no período que estudamos é Luccock. Avistara a cidade do navio em 1809 e a descrevera como “a pequenina e linda cidadezinha branca de São Pedro do Sul...”³⁴ Referindo-se à mesma, Isabelle coloca que, pelo bem-estar dos habitantes, via-se que os negócios eram bons naquela parte da província.³⁵ Saint-Hilaire também descreve ricas residências na “Rua da Praia... Dotada de belas casas cobertas de telhas, construídas com tijolo, todas possuindo sacadas, várias de um andar e com balcões de ferro.”³⁶

Entretanto, Rio Grande não era composta só por belas casas. O inglês Luccock nos informa que a cidade possuía cerca de 500 habitações, 2.000 habitantes fixos, dos quais 2/3 eram brancos. Muitas casas eram de proprietários do campo e utilizadas para fazer festas na cidade. A primeira fileira possuía as melhores casas, conforme descrito acima. No entanto, por trás dessas graciosas residências estavam várias “cabanas pequeninas e baixas, feitas de barro e cobertas de palha, habitações das classes mais baixas.”³⁷ Esses casebres eram muitas vezes soterrados pelo acúmulo

de areia. Serviam, segundo Luccock, de barreira para as casas melhores da primeira fileira como a casa do Governador Diogo de Souza, que distinguia-se ainda por suas janelas envidraçadas. Havia ainda outro contraste, além do acima explicitado, que vale mencionar: as ruínas da antiga construção de madeira do Teatro São Pedro ficavam na frente da casa do governador, demonstrando o descaso, ou a despreocupação das autoridades para com as apresentações artísticas.³⁸

A diferenciação social expressa na arquitetura chega-nos também por meio da pena de Saint-Hilaire:

É nessa rua (da Praia) que se vêem quase todas as lojas e a maioria das vendas, umas e outras bem sortidas. No resto da cidade não se contam mais de seis ou oito casas assobradadas e as quatro últimas ruas compõem-se quase unicamente de miseráveis choupanas de telhado muito alto, porém mal conservadas, pequenas, de paredes de enchimento servindo de moradia à população pobre, operários e pescadores.³⁹

Visitando a barra do Rio Grande, esse viajante nos indica que havia outras moradias periféricas ao centro urbano, que crescia tendo os sobrados na linha de frente: “Do Rio Grande à barra são cerca de 2 léguas de distância... Ao redor agrupam-se palhoças construídas desordenadamente... As palhoças mal tratadas não demonstram senão miséria.”⁴⁰

Como se não bastassem as péssimas

condições de instalação da maioria, a situação da medicina era das mais precárias na cidade do Rio Grande. O médico alemão que conversara com Luccock mostrara-lhe dentre seus instrumentos de trabalho uma serra enferrujada que servia para fazer amputações. E não eram só esses os motivos de agrura para os acometidos de doenças e desgraças. De acordo com as leis coloniais portuguesas os boticários deveriam ter sobre os balcões dois livros de receitas como guia. Seu ofício ficaria restrito a diagnosticar a doença para a qual os sábios de Lisboa já haviam prescrito a cura invariável. O resultado não poderia ser outro senão confusão. O vocabulário empregado lhes era completamente estranho. Considerado homem de estudo, Luccock era procurado por muitos pacientes pedindo conselhos para se curarem. “Não somente a ciência médica, como qualquer ciência, é ali planta exótica” – relatava o escritor.⁴¹

Esses juízos dos viajantes nos indicam a situação de pobreza e as insuficientes condições de habitação dos primeiros núcleos urbanos no Rio Grande do Sul. A análise desses registros deve ser feita levando em consideração a carga cultural dos seus escritores. Isso não constitui um aspecto negativo. Pelo contrário, trata-se de um elemento enriquecedor em sua escrita. Suas considerações têm como parâmetros de comparação as experiências trazidas das nações de origem. Escreviam sob a mediação da alteridade, que os levava a registrar características que para os habitantes locais passariam despercebidas ou como normais, indignas de crédito e registro. Graças a essa postura de estranhamento, podemos nos

aproximar de vários elementos possíveis naquele momento histórico. Exemplifiquemos com a consideração de Luccock a respeito da rusticidade das condições de existência experimentadas pelos habitantes: “Ninguém que possua alguma experiência do mundo, e ignore os hábitos deste seu recanto especial, poderá fazer idéia de quão poucas são as necessidades que seu povo demonstra ter e quão generalizado é seu pouco caso pelo luxo.”⁴² Ora, se levarmos em conta que a idéia de luxo do autor é a européia, ou de outras partes do mundo, como ele escreve, concluiremos que a vida aqui era mais simples que aquela, o que não significa que ele esteja certo ao considerar que suas demandas eram menores. O que para o historiador possui maior valor são, ainda que seja uma constatação simples, os dados objetivos e descritivos que os escritores registraram. Nesse caso, a de uma vida simples, miserável, paupérrima, etc. O mesmo raciocínio pode ser usado para entender Isabelle, que escreveu que as mulheres dessa província não eram nem belas, nem graciosas, sendo, porém muito vivazes na intimidade.⁴³

Luccock parecia ter noção desta bagagem cultural adquirida, bem como de sua transferência:

Embora tais habitações, com seu mobiliário e acomodações, possam, na Inglaterra, ser consideradas como grandemente falhas, não resta dúvida de que os brasileiros nelas gozam de uma profunda sensação de conforto, pois que depende esta menos da situação de fato do que dos

hábitos contraídos. Aquele cujo agarramento às coisas e hábitos de um país de há muito firmado é inflexível, jamais poderá adaptar-se aos de uma terra nova, o que não impede que, considerando-se em abstrato, o último destes dois é que deve ser tido por mais venturoso.⁴⁴

A alegria e a vivacidade não eram características só das mulheres, nem próprias apenas da intimidade. Segundo Luccock, as pessoas do Rio Grande pareciam bem-humoradas e dadas ao divertimento. O viajante inglês, assim como outros ingleses ali estabelecidos, na falta dos costumeiros cafés, restaurantes e bilhares fundaram um clube inglês, onde se reuniam.⁴⁵ Na casa do vigário, considerado pai da comunidade, aberta a católicos e “heréticos”, havia conversas animadas, jogos de carta e dança. Isso nos indica que as sociabilidades nessa cidade davam-se no espaço doméstico. Vejamos o interior das casas.

O INTERIOR DAS CASAS: ASPECTOS DA RUSTICIDADE

No terceiro capítulo da já citada “*História da Vida Privada no Brasil*”, Leila Mezan Algranti enfoca a vida doméstica, tomando suas características a partir dos elementos contextuais que integraram o período: condição colonial, precariedade de recursos, falta de mulheres brancas, presença da escravidão, etc. Para aproximar-se desse objeto tão minucioso, a autora vale-se de

fontes como inventários e testamentos, escritos de cronistas e viajantes, correspondências e devassas. Por vezes, a autora faz menção aos limites de algumas dessas fontes, como no caso do pai de família que, pela análise do inventário, poderia ser lido como partícipe da vida familiar, mas que se ausentara por décadas em Serviço da Coroa. Em outros momentos, demonstra a importância das mesmas, por exemplo a atenção dispensada pelos viajantes ao descrever o asseio e a higiene das casas simples em que buscavam abrigo. Tais fontes são como que cacos do passado e, sob a mão do historiador são amalgamadas, numa colagem de fragmentos para engendrar a (re)construção do cotidiano nesse passado.

A autora observa tanto o exterior quanto o interior das casas, a fim de identificar indícios sobre as formas de morar e sobre a intimidade no período colonial. “

Nas vilas e cidades, por exemplo, nos três primeiros séculos da colonização, o aspecto das moradas apresentava-se bastante simples e pobre, uma vez que eram povoadas por pessoas com poucos recursos, e visitadas ocasionalmente pelos proprietários de sítios e fazendas que necessitavam apenas um abrigo para estadias passageiras.⁴⁶

Luccock descreveu o solar que alugara na Vila do Rio Grande. Como muitas casas na região, possuía um único pavimento térreo, tinha uma sala com frente para a rua iluminada por uma única janela sem vidros

gaudérios, agregados, etc. O escravo, no Rio Grande do Sul, era, salvo os empregados nas charqueadas, basicamente urbano. Não é despropositada nossa inserção da questão do escravo no ponto em que tratamos dos objetos do interior das casas. Da aparente contradição do cronista, somos levados àquela conhecida afirmação de que a escravidão nenhuma cabe o qualificativo de boa. Sofriam as mais severas brutalidades, como coloca Isabelle:

[...] se resmungam são ligados ao primeiro poste e então o senhor e senhora vêm, com grande alegria no coração, para ver como são flagelados até verterem sangue aqueles que não têm, muitas vezes, outro erro que a inocência de não ter sabido adivinhar os caprichos de seus senhores e patrões! [...] ⁵¹

Os ferimentos eram “curados” facilmente com sal e pimenta, castigo que evitava infecções.

Gonçalves Chaves, já em 1817, falava da infeliz sorte dos pretos escravos e preocupava-se com o olhar do mundo por meio dos viajantes estrangeiros que por aqui passassem. Colocava, como se natural daqui fosse: “que vergonha não será a nossa quando algum escritor estrangeiro, cuja imparcialidade e sabedoria torne seus escritos atendíveis, faça conhecer por fora o que somos por dentro.” ⁵² Claro que não podemos esquecer que a motivação de sua insuspeita atitude altruísta na defesa dos negros residia no pensamento político liberal, e quem sabe o olhar para a mão-de-obra imigrante, que chegaria a partir

de 1824. Continua então: “Como deixarão de cobrir-se de rubor nossas faces quando virmos que nossa moral e errada política é conhecida de todo o mundo civilizado!” Afirmava que a escravatura era inconciliável com a economia moderna. E a pobreza, o seria?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tetos de erva, paredes de pântano, nome de Vila e construção de aldeia – assim o Rio Grande era citado nas maledicências do soneto com o qual abrimos o texto. O desconhecido autor purgava seus pecados na cidade quase coberta de areia. No entanto, os ventos que traziam a areia não eram os mesmos que trariam o progresso, os vícios e as agruras que desenhariam a cidade moderna. Não só os cômodos de areia cresceriam na Vila do Rio Grande. Segundo Maria Luiza Bertulini Queiroz, por volta de 1811 e 1819, o número de habitações subiria de 269 para 348. Possuía três igrejas: a Matriz de São Pedro, a da Ordem Terceira de São Francisco e a de Nossa Senhora do Monte do Carmo, e a primeira escola da Vila foi implantada em 1822. ⁵³ Nos primeiros decênios do século XIX a Vila do Rio Grande de São Pedro transformara-se no principal centro de comércio – legal e ilegal – da Capitania. Os movimentos portuários intensificados com a dragagem do cais e a construção do porto, concluídas em 1823 determinaram o crescimento socioeconômico e a modernização da Vila. ⁵⁴ Assim cresceriam muitas das cidades do Rio Grande do Sul, rumo ao progresso da nova ordem capitalista,

R
E
V
I
S
T
A

D
E
H
I
S
T
Ó
R
I
A

Notas

- * Mestrando do PPG em História – UFRGS. E-Mail: mezequiel@cpovo.net
- 1 Soneto sem título publicado em Portugal, em 1816. CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801. Maledicências de um poeta anônimo*. p. 189.
- 2 Refiro-me a SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da USP, 1968; e ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1969. V.1.
- 3 **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa/** Organização Laura de Mello e Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol.1.
- 4 Ibid., p.8
- 5 BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul: A fronteira como trajetória. In: WEIMER, Günter. (Org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p.36
- 6 Colonial aqui não limita a cidade que buscamos caracterizar somente ao período de mesmo nome. Suas características seguiram quase inalteradas na transição para o Império, período ao longo do qual tivemos mudanças mais significativas.
- 7 CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. O espaço urbano na cidade. **Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.18, n.1/2, p.7-26, jan./dez. 1995.
- 8 DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.) **RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto**, 1979, p.13.
- 9 BARROSO, V. Op.cit., p.38
- 10 Fonte: Estes dados foram coletados do resumo histórico dos municípios do Rio Grande do Sul criados até 1950, que se encontra na publicação: De província de São Pedro a estado do Rio Grande do sul. Censos do RS: 1803-1950. Fundação de Economia e Estatística. convênio: FEE. Porto Alegre, 1981.
- 11 BARROSO, V. Op. cit., p.40.
- 12 Soneto sem título publicado em Portugal, em 1816. CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801. Maledicências de um poeta anônimo*. p. 189.
- 13 BARRETO, Abeillard. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul até 1900. In: BARRETO, Abeillard. et al. **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Quinta série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962. p.43.
- 14 CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre, Companhia União de Seguros, 1978. p. 106-107
- 15 SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977. p.149.
- 16 Isabelle, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Tradução e notas de Dante de Laytano. 2. ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983, p.61.
- 17 MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 25. Para análise dessa temática, ver a dissertação do mesmo autor: **A inscrição da modernidade no espaço urbano de Porto Alegre (1924-1928)**. Mestrado em História do Brasil – PUCRS. 1992. Porto Alegre. O objeto do estudo é a conjuntura específica da remodelação urbana da cidade na administração de Otávio Rocha. O projeto de remodelação e o ideal de cidade e sociabilidade que o acompanham implicam a compreensão de um período crucial no processo de construção social do espaço urbano da cidade. O objetivo do autor, então, reside na tentativa de resposta ao seguinte questionamento: ao elaborar um novo projeto político a elite dirigente repensa sua ação sobre o espaço urbano e normatiza formas de sociabilidades públicas?
- 18 Ibid., p. 26.
- 19 Sobre códigos de postura ver: WEBER, Beatriz Teixeira. **Código de posturas e regulamentações do convívio social em Porto Alegre no século**

